

ESPAÇOS NEGROS: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX

Ana de Lourdes Ribeiro da Costa*

A cidade de Salvador, desde os primórdios de sua fundação, teve sua paisagem fortemente marcada pela presença do negro, a qual se perpetua nos dias atuais.

Essa presença negra se configura em vários espaços, por toda a cidade, desde seu centro à sua área periférica. Estes territórios negros vão se multiplicar em uma variedade de funções: moradia, trabalho, lazer, culto, etc. A intenção deste texto é identificar as marcas de negritude no espaço físico de Salvador no século XIX, abordando os "cantos" e as "lojas", lugares de trabalho e de moradia, respectivamente.

Falar em "cantos" e "lojas" significa falar em negros de ganho, e será sobretudo destes que falaremos neste trabalho. Fazemos a ressalva de que, apesar de termos priorizado o elemento escravo, não podemos dissociá-lo dos libertos, com quem eram compartilhados esses espaços.

A CIDADE DE SALVADOR E OS NEGROS DE GANHO

A organização do trabalho escravo vai assumir na cidade forma diferenciada da existente no mundo rural, em função da própria forma de estruturação e funcionamento da cidade, sobretudo após os primeiros séculos de colonização, quando as atividades econômicas urbanas passam a ser suficientemente produtivas para adquirirem uma dinâmica própria.

A escravidão urbana era comumente estruturada em três grandes grupos: escravos de ganho, escravos de aluguel e escravos domésticos. Na base desta divisão está a renda auferida pela exploração da mão-de-obra escrava, inexistente para a categoria dos domésticos. A diferença entre as categorias de ganho e de aluguel está no fato de que no ganho também o escravo podia se apropriar de uma parte da renda, não acontecendo o mesmo no aluguel.

* Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA e pesquisadora do CNPq.

Neste estudo usaremos também esta subdivisão, sabendo, entretanto, que ela não é plenamente satisfatória, pois na realidade não existia compartimentação tão bem determinada. Os mesmos escravos podiam passar facilmente de uma categoria para outra ou desempenhar ao mesmo tempo papéis diferentes. Um escravo doméstico podia trabalhar no ganho ou ser alugado e vice-versa, a depender das condições do mercado de trabalho, pois o que importava para o senhor era a rentabilidade de sua mão-de-obra.

No sistema do ganho, o escravo trabalhava para fora da casa do seu senhor, exercendo principalmente atividades relacionadas com o transporte de pessoas e mercadorias, como estivadores, carregadores de cadeira, de carga (carreto), de lenha, e no comércio ambulante vendendo os mais variados produtos, como doces, frutas, peixes, tecidos, etc. Podiam ainda ser aguadeiros, artesãos, lavadeiras, engomadeiras, além de rendeiras, bordadeiras e costureiras que tinham o produto do seu trabalho vendido no mercado de Salvador.

Esse sistema caracterizava-se por ser o escravo obrigado a pagar ao seu senhor, por dia ou por semana, uma quantia pré-estabelecida, podendo se apropriar de qualquer excedente. Esse acordo se estabelecia de forma verbal entre o escravo e seu dono, e era geralmente respeitado, apesar de não existirem garantias legais.

A quantia que o escravo pagava ao seu senhor variava a depender do tipo de trabalho que realizava, como também da idade, saúde e outros atributos individuais.

Para exercer o ganho era preciso uma licença expedida pela Câmara Municipal, a qual era solicitada pelo proprietário do escravo, nela constando seu endereço, o número de escravos que queria colocar no ganho, seus nomes, origem e ocupação.

Era muito rentável para o proprietário de escravos colocá-los no ganho. Estima-se em três a quatro anos o tempo necessário para se recuperar o capital investido na compra do escravo. As vantagens de se colocar um negro no ganho eram várias, pois a própria atividade dispensava instrução especial, bastando apenas investir na compra de um único negro para se obter uma fonte de renda. Esta prática foi cada vez mais utilizada ao longo do século XIX, encontrando-se pequenos proprietários cuja única fonte de renda era o ganho de seu escravo.

A manutenção do escravo poderia ser de responsabilidade tanto do senhor quanto do escravo dependendo do que ficasse acertado entre os dois. O senhor podia mantê-lo integralmente, dando-lhe moradia, alimentação, vestuário e cuidados médicos, ou mantê-lo parcialmente,

dando-lhe apenas moradia. Havia, entretanto, casos em que o escravo se auto-sustentava e, como veremos, até morava fora.

O escravo de ganho era fundamental para o funcionamento de Salvador, que se caracterizou como cidade comercial-escravista. Além do comércio importador-exportador e interprovincial, desenvolvia-se em Salvador um comércio local bastante intenso, dele se abastecendo a cidade e seus subúrbios, como também as cidades e povoados do Recôncavo. Esse comércio local mobilizava um número considerável da população livre da cidade, que dependia dele para sua sobrevivência, além de representar um mercado de trabalho para os escravos de ganho.

A dinâmica deste comércio era retratada no seu espaço físico, estendendo-se por toda a cidade baixa inúmeras lojas, mercados e armazéns, além dos vendedores ambulantes, constituídos basicamente por escravos e libertos, que abarrotavam as estreitas ruas.

A presença do elemento negro é que vai marcar o cenário urbano de Salvador no século XIX, impressionando os viajantes estrangeiros, como podemos perceber em Ave-Lallemant, ao aqui chegar em 1858:

"Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De fato, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos" (Ave-Lallemant, 1980:22).

A população de Salvador em meados do século XIX, estimada por Katia Mattoso (1978: 138) a 86.984 habitantes, era constituída por 30% de escravos, segundo dados do censo de 1855. Em termos de cor, o mesmo indicava 67% de pretos e mestiços, sendo, portanto, os brancos minoria.

A "liberdade" adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema do ganho, só era possível na medida em que o poder público assumia o controle direto desses escravos. Através do aparato legal, ele baixava posturas e decretos que restringiam a mobilidade e as atividades dos ganhadores e usava a força policial para manter a ordem. Vemos, portanto, o poder público passar a exercer a posição de feitor na cidade.

Esse controle direto do Estado sobre o escravo tinha por fim precípua evitar as revoltas coletivas e as fugas individuais que ocorriam com certa frequência. São muitos os anúncios de jornais que noticiam a fuga de escravos. Verger, através de pesquisas em anúncios de jornais, concluiu que a maior parte dos escravos que fugiam eram de ganho, exercendo o seu trabalho pelas ruas da cidade (Verger, 1987:502).

As posturas municipais baixadas pela Câmara de Salvador tentavam regular, desde o século XVII, a vida do escravo. Por exemplo, a postura de 7 de setembro de 1672, proibia que se usassem atabaques na cidade (Fundação Gregório de Mattos, 1988:18), como uma forma de repressão e controle do culto religioso e das manifestações lúdicas dos negros.

No século XIX, vemos surgir uma série de posturas que regulam de forma mais completa a vida dos escravos nas ruas, como a postura de 25 de fevereiro de 1831, proibindo os batuques, danças e ajuntamento de escravos em qualquer hora e lugar, sob pena de oito dias de prisão (Fundação Gregório de Mattos, 1988: 48). Aos escravos também era vedada a permanência "por mais tempo que o imprescindível" nas tendas, botequins, tavernas e demais casas comerciais, sob pena de os proprietários das mesmas pagarem multa, além de alguns dias de prisão. Os escravos só podiam transitar livremente nas ruas durante o dia. A noite, eles só podiam sair à rua com um bilhete dos senhores declarando nome, procedência e destino.

Como vemos, esse controle rígido ressalta a sua importância para a manutenção da ordem da cidade e do próprio regime escravista. Ao mesmo tempo que os escravos de ganho eram vitais para o funcionamento da cidade, se constituíam numa ameaça constante para a ordem estabelecida. Sabemos que Salvador foi palco de várias rebeliões de escravos, em que se evidenciavam os conflitos sociais existentes. A cidade vivia, portanto, num estado de permanente tensão, daí ser preciso todo um aparato legal de controle dessa massa escrava.

ESPAÇO DE TRABALHO: OS "CANTOS"

"Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro". (Avé-Lallemant, 1859/1980:22)

Na disputa cotidiana pelo mercado de trabalho, os negros de ganho organizavam autonomamente as atividades de trabalho. O senhor tinha

controle sobre o produto do trabalho apenas mediante o recebimento da quantia pré-estabelecida, porém era o escravo quem decidia como exercer seu trabalho.

O sistema de organização das tarefas de ganho originou os "cantos", que eram ajuntamentos de ganhadores, tanto escravos quanto libertos, geralmente pertencentes à mesma nação, onde os fregueses podiam requerer os seus serviços. Esses cantos se espalhavam por locais específicos da cidade, ocupando geralmente um ângulo ou um cruzamento de ruas e recebendo o nome da localidade onde se instalavam, como por exemplo: canto da Calçada, canto do Portão de São Bento, canto da Mangueira, etc.

Os ganhadores que se agrupavam nos "cantos" exerciam sobretudo a atividade de carregadores. Praticamente todos os serviços urbanos estavam na dependência do trabalho escravo, e o setor que mais concentrava esta mão-de-obra era o transporte de pessoas e mercadorias.

As cadeirinhas de arruar eram o principal meio de transporte usado em Salvador, constituindo elemento marcante na paisagem urbana, sempre descrita pelos viajantes estrangeiros, e encontradas nos "cantos" à disposição dos fregueses, como observou Kidder em sua viagem à Bahia, em 1839:

"O transeunte não encontra ônibus, carro ou sege que o transporte. Condizente com este estado de cousas, acha porém, em todas as esquinas ou logradouros públicos, uma fila de cadeiras fechadas com cortinas, cujos portadores, de chapéu na mão, cercam avidamente os possíveis fregueses..." (Kidder, 1980: 25).

Além do transporte de pessoas, os escravos também se ocupavam do transporte de mercadorias, carregando os mais variados volumes, desde pesados barris de vinho até o mais ínfimo pacote.

Nos cantos, enquanto esperavam os seus fregueses, os negros desenvolviam outras atividades: teciam chapéus de palha, faziam pequenos cestos, trançavam correntes de fio de ferro para os papagaios, faziam gaiolas para os passarinhos, pulseiras de contas, objetos de couro com incrustações de conchas (Campos, 1943:293) ou trançavam esteiras de ouricuri, vassouras de piaçaba, enfiavam rosários de coquinhos, batiam os panos da costa que chegavam crespos (Carneiro da Cunha, 1985: 33).

Muitos barbeiros ambulantes também exerciam suas atividades nos cantos, servindo aos ganhadores, como também para lá afluíam negras ganhadeiras vendedoras de comidas, pois os negros ganhadores faziam suas refeições nas ruas. Essas negras ganhadeiras eram características das ruas de Salvador, praticamente dominando o comércio ambulante, vendendo uma diversidade de produtos, tais como peixes, verduras, frutas, comidas, doces, tecidos, perfumes, louças, etc. Podiam, às vezes, se ajuntarem nas "quitandas", que cremos ser uma espécie de feira livre, como a existente no Pelourinho, freqüentada por mais de cem ganhadeiras (Pelourinho informa, 1980: 78).

Mapa dos Cantos. Salvador. Século XIX

Mapa



24 Ana de Lourdes R. da Costa

Legenda:

1. Canto do Arsenal
2. Arcos de Santa Bárbara
3. Entre os Arcos de Sta Bárbara e Hotel da Nações
4. Rua do Comércio (ao lado dos Cobertos Grandes)
5. Canto do Cais Dourado
6. Canto do Taboão
7. Canto da Preguiça
8. Rua da Ajuda (atrás da Cadeia)
9. Ladeira de São Bento (próximo ao Hotel Paris)
10. Canto do Portão
11. Rua do Cabeça
12. Largo Dois de Julho
13. Largo da Piedade (em frente ao Convento)
14. Rua do Guadalupe
15. Rua da Mangueira
16. Canto de São Miguel
17. Baixa dos Sapateiros (canto da Rua da Vala)
18. Ladeira do Boqueirão

Planta base extraída de GODOFREDO FILHO, e REBOLIÇAS, Diógenes: Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX, Salvador, Raízes Editora, 1985.

Os espaços da cidade apropriados pelos ganhadores para o estabelecimento dos "cantos", marcando uma territorialidade negra, se encontravam espalhados pela cidade, sobretudo em sua área central.

Os negôs se concentravam no canto do Mercado, na rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes, em vários pontos na rua das Princesas, na rua da Ajuda (atrás do prédio da Câmara Municipal), Largo da Piedade (em frente ao Convento), ao lado do Hotel Paris, na Ladeira de São Bento, no Campo Grande, etc. Nos arcos de Santa Bárbara se ajuntavam os guruncis, e alguns haussás se reuniam entre os arcos de Santa Bárbara e o Hotel das Nações, na cidade baixa. No canto de São Raimundo, à rua das Mercês, reuniam-se os negros minas, e na Baixa dos Sapateiros o canto da rua da Vala era composto por africanos de várias nacionalidades (Rodrigues, 1988:101-102).

As mulheres também tinham seus cantos, porém comumente não se separavam por nações. Concentravam-se no canto da Rua da Vala, no canto de São Miguel, na Rua da Guadalupe, na Rua do Cabeça, no Largo

Dois de Julho, no Cais de Desembarque e na Ladeira do Boqueirão, em Santo Antônio (Rodrigues, 1988:102).

Encontramos ainda referências sobre a existência de "cantos" no Largo da Ladeira de Taboão; na Rua do Comércio esquina com o Beco dos Galinheiros; na Ladeira da Preguiça; Canto do Pilar; no Beco do Mucambinho; Canto da Mangueira; Canto do Cais da Cachoeira; no cais Dourado; no cais do Corpo Santo; no Largo da Vitória; na Calçada; no Portão de São Bento e em frente ao Arsenal (Costa, 1989:50).

A freguesia da Conceição, na cidade baixa, era a que possuía maior concentração de "cantos". Esta freguesia abrigava a maior parte do comércio, estando aí instalados os grandes armazéns em grosso, como também pequenas lojas onde eram vendidos os mais variados produtos, além do comércio ambulante que enchia as ruas. É fundamental destacar a presença do porto nesta freguesia, com seu intenso movimento demandando o serviço de transporte.

Como a atividade dos negros dos "cantos" era sobretudo o transporte, de pessoas e mercadorias, ou seja, de circulação, vemos que sua localização dentro da estrutura física da cidade segue a lógica da articulação, mobilidade e funcionamento da cidade. Localizam-se geralmente nos principais eixos de circulação, como a rua nova do Comércio e rua das Princesas. E nos largos, que constituíam pontos focais de convergência de caminhos, como o largo do Guadalupe, que era um dos pontos de articulação da freguesia da Sé, "coração" da cidade, com a freguesia de Santana.

As ladeiras também eram locais preferenciais para os "cantos", ainda seguindo a lógica da articulação entre áreas da cidade, e quando pensamos em Salvador com sua topografia acidentada sobressai a importância das ladeiras como eixos de circulação. Podemos citar a do Taboão, que é um dos pontos de ligação entre a cidade alta e a cidade baixa, cujo intenso movimento vemos até hoje, sobretudo de pedestres, ainda se constituindo um dos principais pontos desta articulação.

Os "cantos" também se localizavam nas praças, como o da Piedade, local de circulação e concentração de pessoas. Ressalta aí a existência de chafariz para onde afluíam os negros aguadeiros, sendo as fontes e os chafarizes outras áreas de forte presença negra.

Há indícios de que a ocupação dos espaços de trabalho pelos negros nem sempre era tranqüila. Em 1859, um negociante com loja de "fazendas seccas" solicita à Câmara Municipal que promova a remoção de um "canto" de negros ganhadores, situado em frente à sua loja na Rua do Comércio, esquina do Beco dos Galinheiros, alegando que era tão

grande a quantidade de negros que obstruíam a passagem pelo beco, além de produzirem "tão horrível algazarra" e proferirem "taes obscenidades". O negociante se sentia prejudicado tanto por tais incômodos como também por roubos contínuos, obrigando-o a manter a porta que dava para o Beco dos Galinheiros constantemente fechada; propunha então que os negros fossem para o canto do Largo da Ladeira do Taboão, onde se reuniam os ganhadores de cadeira (AMCS, s.d.a).

Segundo Reis (1986: 202), os cantos tinham uma organização independente do poder público, cada um ficando sob a direção de um chefe - "Capitão de Canto" -, com a função de intermediar entre o ganhador e o contratador, devendo acertar os serviços e determinar preços e pagamentos aos africanos. Era eleito pelos membros do canto, havendo todo um ritual de posse seguindo os costumes africanos. Pela descrição de Manoel Querino, vemos que se constituía uma cerimônia pomposa em que "todo o canto desfilava em direção ao bairro das Pedreiras, entoando os carregadores monótona cantilena, em dialeto ou patuá africano" (Querino, 1955 apud Reis, 1986: 202).

Esta forma de abordar os cantos leva a crer que tradicionalmente possuíam uma organização de certa forma autônoma, baseada em costumes africanos. Entretanto, o regulamento de 14 de abril de 1836, expedido pela Assembléia Legislativa, tratava da formação de "capatazia de ganhadores", ou seja de "cantos" (AMCS, s.d.b). Do que se depreende a tentativa do poder público de promover e regular esta atividade, em face da importância que os cantos assumiam para o funcionamento da cidade, o que podia ser constatado pela existência de grande número deles espalhados por toda a cidade. Segundo Reis (1986:278 ss), esse regulamento fazia parte de uma série de medidas repressivas que recaíram sobre os escravos e libertos após 1835, em consequência do levante dos Malês.

Nesse regulamento, ordenava-se que nas Freguesias da Sé, Paço, Santo Antônio, Penha, Pilar, Conceição, São Pedro e Santana deveria haver uma ou mais capatazias de ganhadores onde seriam matriculados todos os escravos, ingênuos ou libertos que quisessem trabalhar no transporte de pessoas e gêneros de qualquer espécie. Caberia aos Juizes de Paz de cada freguesia estabelecer os locais específicos para as capatazias e nomear inspetores que fariam a matrícula dos ganhadores, a qual conteria o nome do ganhador, o de seu senhor, caso fosse escravo, o local de moradia e o serviço a que se destinava. Dentre as atribuições dos inspetores estava a de vigiar a conduta dos indivíduos, ou seja, exercer o controle do funcionamento de cada canto.

Seriam também estabelecidas "capatazias do mar" onde se matriculariam os ganhadores que quisessem trabalhar no serviço de saveiros e alvarengas, as quais seriam distribuídas pelo cais de embarque e desembarque e os capatazes estariam sempre em terra, observando a ordem do serviço.

Reunidos nos cantos, esses escravos estabeleciam vínculos, trocavam idéias e podiam até mesmo conspirar, na medida em que não estavam sob o controle e vigilância direta do seu senhor. Era a rua o seu espaço de trabalho por excelência, onde se desenvolviam as mais variadas relações entre os negros, desde os sentimentos de solidariedade, enquanto grupo oprimido, até a própria competitividade no mercado de trabalho.

Nos "cantos" não se encontravam apenas os escravos, como já referido, mas também os libertos que mesmo após a alforria continuavam em seu antigo trabalho. E era com os companheiros libertos que os escravos iam formar os mais diversos arranjos e constituir os seus territórios, quer seja no espaço do trabalho, no espaço da moradia ou no espaço social mais amplo.

O ajuntamento dos negros nos cantos permitiu preservar tradições culturais africanas, como também criar instrumentos de solidariedade grupai, como as "juntas de alforria". Estas eram uma espécie de consórcio de auxílio mútuo, mediante a contribuição de seus membros, tanto escravos quanto libertos, com o fim precípua de compra da alforria.

ESPAÇO DE MORADIA: AS "LOJAS"

"Como é que entes humanos poderiam existir em tais lugares". (Maria Graham, 1956:163)

A forma como estava organizado o trabalho do escravo de ganho implicava numa certa autonomia para o mesmo, o qual podia negociar livremente o seu trabalho, ou seja, sem a imposição e determinação direta do seu senhor. Essa liberdade relativa permitia ao escravo pernoitar e até mesmo morar em outro local que não a residência do proprietário. Por exemplo, o Censo de 1855 registra o escravo Matheus e a escrava Afra, trabalhando ambos no ganho e morando no 9^o quarteirão da Freguesia da Penha, longe de seus senhores. Encontramos, portanto,

no escravismo urbano, de forma até paradoxal ao próprio sistema, escravos morando fora das residências dos seus senhores, e se responsabilizando pelo custeio da própria moradia, apesar do poder público baixar posturas proibindo o aluguel de casas a escravos.

Em algumas cidades, o poder público permitia o aluguel de casas a escravos, desde que possuísse uma licença do seu senhor, como demonstra a postura n 58 de 22 de Abril de 1840, baixada pela Câmara Municipal de Jaguaripe (Fundação Gregório de Mattos, 1988:65).

Neste anúncio do diário da Bahia do 14/10/1865, há referência sobre a existência, também para a cidade de Salvador, de documentos nos quais se autoriza o escravo a dormir fora da residência do seu senhor:

"Escravo fugido. Constatando o abaixo assignado que o seo escravo Lourenço, cabra claro, moço, sem barba, corpo cheio, estatura baixa, official de carpina e fugido há tempos, acha-se munido de uma carta em que se lhe concede licença para trabalhar onde quizer e dormir fora de casa, declara que tal carta não lhe foi dada pelo seo senhor, e que ne-nhum valor e importância deve merecer - pois que também esse não autorizou a pessoa alguma para fazer tal concessão. É certo que actualmente estava trabalhando e dormindo em uma casinha junto ao recolhimento de S. Raymundo..." (Apud Verger, 1987:502).

Sabemos que podia ser variada a renda que o escravo obtinha com o ganho, porém para o caso de algumas atividades esta quantia possibilitava que o mesmo arcasse com os custos de sua manutenção. Podemos crer que suas condições de vida, notadamente a moradia, eram relativamente precárias, na medida em que a renda do ganho ia em sua maior parte para o senhor. Daí vemos ser uma alternativa para esses escravos dividir a moradia com os libertos, como estratégia de sobrevivência para ambos.

Os libertos constituíam a camada dos indivíduos egressos da escravidão. Exerciam geralmente as mesmas atividades de quando eram escravos e tinham que conquistar a duras penas seu espaço na cidade e sobretudo na sociedade. Em função das suas precárias condições econômicas, era-lhes proveitoso dividir sua moradia com os escravos. Encontramos no censo de 1855 vários casos dos quais podemos inferir que se tratavam de escravos dividindo a moradia com libertos que não eram seus senhores, pois na coluna "observação" estes escravos recebiam a denominação de "agregados". Assim no domicílio à ladeira

da Saúde chefiado pela liberta Luiza do Bonfim, que vivia de negócio, moravam os escravos Raimundo (calafate), Leocádio (negócio), Antonia, Maria e ainda o liberto Cesar.

Não era apenas com libertos que esses escravos dividiam a moradia. Vamos encontrá-los morando também com outros escravos, ou sozinhos. Os espaços da cidade "aptos" a receber os escravos que se auto-sustentavam eram os mesmos "destinados" aos pobres, livres ou libertos. Assim vemos-os em áreas periféricas, as chamadas roças, que aos poucos vão sendo incorporadas ao tecido urbano, como também, e sobretudo, se reapropriando de áreas pré-existentes. As habitações são variadas, seguindo as características da moradia dos pobres: sublocavam quartos nas casas dos libertos, que eram geralmente construções modestas, de taipa, térreas, de porta e janela; alugavam quartos em vilas de aluguel (avenidas), nos fundos de quintais; ou choupanas de taipa cobertas com palha, como também habitavam nas chamadas "lojas".

As freguesias centrais, como a Sé, que desde a fundação da cidade foram lugar de residência da camada abastada da população, passaram a abrigar grupos medianos e pobres. A elite começava a se deslocar para novas áreas, já nas primeiras décadas do século XIX, em função do crescimento populacional e a conseqüente saturação do centro, como também da crescente preocupação com a higiene e salubridade, pois a parte antiga da cidade era vista como suja e propícia à proliferação de doenças. Desta forma, os antigos sobrados coloniais, que constituíam grande parte do parque imobiliário da cidade e eram antes habitados por uma única família, foram subdivididos para abrigar vários domicílios, transformando-se em habitações plurifamiliares. Cada unidade habitacional era considerada um "fogo", ficando então um mesmo casarão subdividido em vários "fogos".

As "lojas" eram os espaços situados em térreos e sub-solos das edificações plurifamiliares, como também designavam espaços de moradia nos porões das casas tipologicamente conhecidas como "de porão alto". O censo de 1855 registra, num beco da ladeira atrás do Palácio, na Freguesia da Sé, cinco "lojas", que pela forma como estão dispostos na lista parece-nos uma espécie de vila.

Através de anúncios, em jornais de meados do século XIX, sobre venda ou aluguel de imóveis em Salvador, podemos identificar a tipologia interna desses casarões coloniais, na qual se evidencia a sua subdivisão em várias unidades, e a presença das "lojas de aluguel":

"R. Ariani fará leilão segunda-feira 13 do corrente às 11 horas na sala da Praça do Comércio de um sobrado nº 38 sito às portas do Carmo em terreno próprio com pequeno quintal murado, tendo 3 janellas de frente, grade de ferro, sala de frente, 3 quartos, sala de jantar, cozinha fora, sotão e loja com repartição para moradia;

Segundo o censo de 1855, havia "lojas" nas freguesias da Sé, Pilar, São Pedro, Santo Antônio e Santana, que são freguesias centrais. A maior concentração destas "lojas" estava na Freguesia da Sé, o que se apresenta coerente com a realidade dessa freguesia na época. Ela fora uma freguesia de elite que passava então por profundas transformações em sua estrutura social. Seu parque imobiliário, constituído em grande parte pelos sobrados setecentistas subdivididos em vários fogos, abrigava cada vez mais os estratos inferiores da população. As "lojas" concentravam-se nos quarteirões correspondentes à rua da Ajuda, Ladeira do Aljube, rua do Bacalhau, do Pão-de-ló e dos Ximens. Elas podiam ser encontradas, ainda, em um beco situado na ladeira atrás do Palácio. Estes quarteirões se localizavam nas proximidades da praça do Palácio. Através de outras fontes detectamos a presença de lojas também nas ruas do Maciel, Portas do Carmo, Ladeira da Praça e rua das Laranjeiras, e cremos que deveriam existir em toda a Freguesia da Sé na medida em que encontramos imóveis subdivididos em habitações pluridomiciliares em boa parte de suas ruas.

A Freguesia do Pilar foi a que apresentou o segundo maior percentual de lojas, situadas nas ruas São Francisco de Paula, da Mangueira, da Munganga e em Água de Meninos. Essas ruas situam-se em uma parte da freguesia que, embora possuísse uma grande concentração de edificações, não correspondia à sua área mais densamente ocupada, na fronteira com a Freguesia da Conceição. Infelizmente, não localizamos nenhuma lista do Censo de 1855 desta área, na qual cremos existisse uma grande frequência de lojas, em função da já citada alta densidade populacional e da existência de sobrados com até cinco pavimentos, além de sua posição próximo ao porto.

Na rua do Passo também encontramos referências sobre a existência de lojas. Sabemos que a maior parte do parque imobiliário desta freguesia era constituída por grandes casarões, como podemos vê-los

1 Diário da Bahia, Salvador, 6 de Julho de 1859, apud Pelourinho Informa, 1978: 154.

ainda hoje, e que na época já passava por mudanças semelhantes às da Sé.

Os habitantes das "lojas" eram em sua maioria absoluta pessoas pertencentes aos estratos inferiores da população, com ocupações variadas, porém típicas das camadas pobres, como pedreiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, funileiros, quintandeiros, alfaiates, lavadeiras, costureiras, engomadeiras, saveiristas e calafates, dentre outros. O ganho era a atividade predominante, sobretudo para a freguesia da Sé.

Quanto à cor, segundo a tabulação do Censo de 1855, esses habitantes mostravam-se da seguinte maneira: 33,4% de pardos, 25% crioulos, 20,2% de pretos, 13,4% de cabras e 8% de brancos. Vemos que as pessoas de "cor" eram predominantes, com maioria para os pardos, sendo que os pretos e crioulos juntos somavam quase metade da população, o que julgamos importante para o nosso estudo, pois geralmente os pretos e crioulos ou eram escravos ou pessoas egressas da escravidão. Convém notar que os brancos também se faziam presentes nas lojas, embora em pequeno número. Em geral, os moradores das lojas não eram casados, 91,5% eram solteiros e 3,5% viúvos, embora haja evidências de concubinatos.

As condições de higiene e salubridade das "lojas" eram bastante precárias, caracterizando-se pela excessiva umidade, ventilação deficiente e ausência quase total da luz solar. Muitas destas habitações formavam verdadeiros cortiços. Eram geralmente uma só grande sala, sem divisórias e nenhuma privacidade. Alguns quintais eram amontoados de lixo capazes de se transformar em focos de doenças, sendo motivo de queixas constantes da população, dentre as quais encontramos um pedido de providências ao poder público para impedira uns negros que moravam na "loja" de um sobrado no Maciel de Baixo, Freguesia da Sé, de criarem porcos (Pelourinho informa, 1980: 72).

As más condições de higiene da cidade de Salvador, atreladas aos maus hábitos da população de atirar lixo, entulhos, excrementos e águas apodrecidas pelas ruas, e as moradias insalubres dos pobres, constituíam um ambiente propício para o desenvolvimento de doenças epidêmicas. Dentre estas, as mais devastadoras foram a febre amarela e o **cholera morbus**. Esta última atingiu a cidade em 1855, castigando de maneira violenta sua população, sendo a Sé e o Pilar as freguesias mais atingidas.

CONCLUSÃO

Encontramos no meio urbano no século XIX uma diferenciação nas formas do morar escravo, na medida em que esses escravos podiam habitar tanto sob o mesmo teto que seus senhores, quanto longe destes. Na base dessa diferenciação estavam requisitos próprios do funcionamento da cidade, fazendo com que o regime escravagista se revestisse de especificidades. A forma de organização do trabalho escravo na cidade gerou a categoria do ganho, na qual os escravos obtinham uma renda. Esta renda, por sua vez, iria possibilitar a existência de escravos que se auto-sustentavam, transferindo o ônus da sua manutenção, inclusive da sua moradia, da esfera do senhor para eles próprios. Os espaços de moradia desses escravos dentro da malha urbana de Salvador, vão ser principalmente as "lojas".

O trabalho escravo no meio urbano iria exigir a presença do escravo na rua, gerando por sua vez os "cantos". Vemos, portanto, a estreita vinculação entre o modo de funcionamento da cidade, os escravos de ganho, os "cantos" e as "lojas". Daí podemos constatar que, de fato, esses espaços eram constituídos pelas mesmas pessoas.

Esses espaços negros dos "cantos" e das "lojas" estão localizados sobretudo nas freguesias centrais de Salvador, evidenciando a proximidade física entre o local do trabalho e da moradia. No centro da cidade e sua área contígua, observa-se uma forte apropriação do espaço pelo elemento negro.

Os estudos sobre os territórios negros e sua identificação no espaço físico da cidade de Salvador ainda estão praticamente por ser feitos. Pouco sabemos sobre as formas do morar escravo no meio urbano e até mesmo sobre o próprio escravo de ganho. Os resultados aqui apresentados constituem apenas uma contribuição ao entendimento sobre esta questão, a qual extrapola o campo específico da arquitetura e do urbanismo. Com efeito, as associações feitas pelos negros - nas "lojas" ou nos "cantos" mapeados nesse texto - nos remetem para outros caminhos de pesquisa, como os da construção de identidades coletivas e do papel das diferenças étnicas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMCS. Arquivo Municipal da Cidade do Salvador.
s.d.a FCMS. Requerimentos.
- AMCS. Arquivo Municipal da Cidade do Salvador
s.d.b Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da
Bahia.
- APEB. Arquivo do Estado da Bahia
1855 *Censo de 1855*.
- AVE-LALLEMANT, Robert.
1980 *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas
e Sergipe/1859*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP.
- CAMPOS, J. da Silva.
1943 Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos
africanos na Bahia. *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*,
Salvador, n.29, p. 289-309.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.
1985 *Negros estrangeiros*. Os escravos libertos e sua volta à
África. São Paulo: Brasiliense.
- COSTA, Ana de L Ribeiro da.
1989 *EKABÓ!* trabalho escravo, condições de moradia e reorde-
namento urbano em Salvador no século XIX. Salvador: Disserta-
ção (Mestrado)FAUFBa. Universidade Federal da Bahia.
- FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS.**
1988 *Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no
Arquivo Municipal de Salvador*. As posturas (1631 -1889).
Salvador:
- GRAHAM, Maria.
1956 *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia Editora
Nacional.

34 Ana de Lourdes R. da Costa

KIDDER, Daniel P. 1980 *Reminiscência de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP.

PELOURINHO INFORMA - Boletim Bibliográfico.

1978 Mosáico do Pelourinho. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, v. 4, n. 3/4, jul/dez. Número especial.

1980 *O Alabama*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, v. 6, n. 2, abr/jun.

QUERINO, Manoel.

1955 *A raça africana e seus costumes*. Salvador: Progresso.

REIS, João José.

1986 *Rebelião escrava no Brasil*. A história do levante dos Malês (1835). São Paulo: Brasiliense.

RODRIGUES, Nina.

1988 *Os africanos no Brasil*, São Paulo: Nacional, Brasília: Ed. da UNB.

VERGER, Pierre.

1987 *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, São Paulo: Corrupio.



Foto: Lázaro Roberto Zumvi -
arquivo fotográfico